

Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

Barueri, 17 de setembro de 2025

PARECER JURÍDICO

070/2025



FIS: Nº	05
Proc. Nº	1956/2025

De: Procuradoria Jurídica.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Finanças e Orçamento, e Comissão de Fiscalização das entidades do terceiro setor, subvencionadas pelo município, Cultura e Esportes.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 057/2024.

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.

Dispõe sobre:

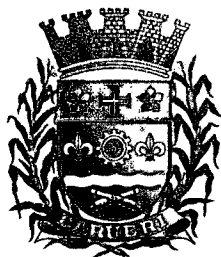
“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO, FOMENTO OU ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL COM O OBJETIVO DE SEDIAR EM BARUERI JOGOS A SEREM DISPUTADOS NA 56ª COPA SÃO PAULO DE FUTEBOL JUNIOR - 2026”.

Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo que tem por fim obter a autorização para celebrar termo de colaboração, fomento ou acordo de cooperação com a Federação Paulista de Futebol com o objetivo de sediar em Barueri jogos a serem disputados na 56ª copa São Paulo de Futebol Junior.2026.

Como se sabe, ao município compete apoiar e incrementar práticas esportivas na comunidade, mediante estímulos especiais e auxílio material, bem como proporcionar meios de recreação sadia e construtiva, consoante disposição dos artigos 150 e 151, da Lei Orgânica do Município de Barueri – LOMB. Veja-se:





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA JURÍDICA

Art. 150. O Município apoiará e incrementará as práticas esportivas na comunidade, mediante estímulos especiais e auxílios materiais às agremiações amadoras, organizadas pela população em forma regular.

Tais normas podem ser efetivadas de várias formas, admitindo-se que sejam feitas mediante parcerias, conforme o interesse local, de acordo com o poder discricionário da Administração.

Assim, não se vislumbra óbice à autorização para celebração de termo de colaboração com entidade esportiva oficial.

Ademais, a título informativo, registra-se que a partir de 21 de maio de 2013, deixou-se de constituir exigência a obtenção de autorização legislativa para a formalização de "convênio", da espécie pretendida, por conta de alteração legislativa, que se deu a partir da aprovação da Emenda nº 23.

No entanto, a despeito de não mais constituir exigência legal, não há qualquer impedimento que, a critério da Administração, tais acordos sejam encaminhados individual e previamente para análise dos vereadores, mediante projeto de lei.

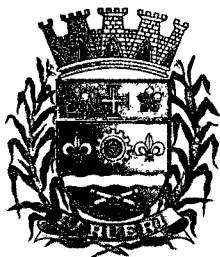
Considerações finais

Portanto, referido projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 13, inciso I, alínea "d", artigo 150, todos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 58, 'caput', da LOMB e artigo 135, § único, inciso III, do RI), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo observar o processo legislativo a seguir:

- a) **Parecer da Comissão de Justiça e Redação** (artigo 50, § 1º, do RI);

Fls. Nº	06
Proc. Nº	1956/2025





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

- b) Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento (artigo 50, § 2º, do RI);
- c) Parecer da Comissão de Fiscalização das entidades do terceiro setor, subvencionadas pelo município, Cultura e Esportes (artigo 50, § 8º, do RI);
- d) Discussão Única (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);
- e) Quórum: maioria simples dos membros da CMB presentes (artigo 51 da LOMB e artigo 184, inciso I, § 1º, do RI).
- f) Votação simbólica (artigo 189, inciso I, do RI);

Fls. Nº	07
Proc. Nº	1956/2025

Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.m.j., este é o Parecer que emerge desta Procuradoria Jurídica.


LUCAS RAFAEL NASCIMENTO
Procurador-geral da Câmara
OAB/SP nº 264.968

A Secretaria Diretoria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.


MARCOS PEREIRA SILVA
Assessor da Secretaria Diretoria-geral

